

**ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – COMAFI**

1 Ao décimo primeiro dia do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro foi realizada a
2 décima oitava (18ª) Reunião Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente –
3 COMAFI – biênio dois mil e vinte e três – dois mil e vinte e quatro (2023-2024). A reunião
4 aconteceu de forma presencial, no auditório do Centro de Educação Ambiental do
5 Iguaçu - CEAI localizado no Parque Natural Municipal Bosque Guarani, sendo iniciada
6 às oito horas e cinquenta minutos, conduzida pelo presidente Marcelo Penayo de Melo
7 (Titular ADERE) e secretariada por Rubyane Brito Rodrigues de Almeida (Suplente
8 SMMA). A reunião contou com a participação dos seguintes Conselheiros: Lara Helena
9 Pires Vieira (Titular DVPUC); Sabrina Liza Athayde Silva (Suplente DVPUC); João Paulo
10 Steinmacher Lourenço (Titular SMPC); Kelly Katlyn de Paula (Titular SMFA); Jurandir do
11 Carmo Oliveira (Suplente SMPC); Jonas Gomes da Silva Neto (Suplente SMTU);
12 Alessandra Fernandes Alves (Titular SMDHRC); Fernando Sivelli (Titular ICMBio);
13 Rogério Oliveira Souza (Suplente ICMBio); Lucas Perucci (Titular IFPR); Giovana
14 Secretti Vendrusculo (Suplente UNILA); Rubens de Souza André (Suplente ITAIPU);
15 Johnys Freitas (Suplente ACIFI); Andrea Carla Winkelmann (Titular COAAFI); e Idelson
16 José Barquete Chaves (Titular OAB). Como convidados estavam presentes os
17 representantes eleitos da Comissão Permanente das Unidades de Conservação
18 (CPUC): Ricardo Machado Holanda (Titular Jupira); Nathalie Veronique Yvonne Husson
19 Granzotto (Titular Bosque Guarani); Daniel Dantas Duarte (Suplente Bosque Guarani);
20 Paula Cristiny Assis de Lima (Titular Triângulo Verde); Lara Luciana Leal Seixas
21 (Suplente Triângulo Verde); Henrique Alves Rodrigues Júnior (Titular Horto); Mariana
22 Lazzaro Rainho (Suplente Horto); Maria Serrate dos Santos (Titular Córrego Brasília).
23 Como ouvintes estavam presentes: Fernando Carneiro Pires; Marcos A. Vetorello e
24 Naiara Ferreira da Secretaria Municipal de Administração; Kelly Heringer e Gabriela R.
25 Vessani da UNILA; e Maria V.A. Galtieri. Como faltantes constam as instituições:
26 Secretaria Municipal de Educação (SMED); Procuradoria Geral do Município (PGM);
27 Unioeste; e Associação Internacional Vida Animal. Os itens de pauta foram: a)
28 Composição e Posse da Comissão Permanente das Unidades de Conservação (CPUC);
29 b) Corredores Ecológicos e Zona de Amortecimento PNI; c) Processo vinte e quatro mil
30 duzentos e oitenta e quatro de dois mil e vinte e dois (24284/2022) - Relatoria PGM; d)
31 Memorando Interno trinta e sete mil seiscentos e quarenta e cinco (37645/2024) e Ofício
32 oito mil quinhentos e um (8501/2024) - Captação de Recursos FMMA; e) Conferência
33 Municipal do Meio Ambiente; f) Assuntos Gerais. O presidente cumprimentou a todos e
34 fez a abertura da reunião com a explanação da pauta do dia. A reunião iniciou-se com a
35 posse dos membros da CPUC, o presidente fez a leitura do termo de posse que foi
36 assinado pelos eleitos, pela presidente da CPUC e pelo presidente do COMAFI. Aberta a
37 palavra, Daniel Dantas se disse feliz por participar da Comissão e registrou sua
38 preocupação com a privatização do Bosque Guarani, pois uma área central deve ser

39 pública e aberta aos cidadãos. O presidente lembrou que o Bosque dos Macacos não
40 recebeu inscrições e, portanto, será lançado novo edital apenas para a representação
41 desta Unidade de Conservação. Dessa forma, e conforme deliberado em reunião
42 extraordinária, para iniciar os trabalhos da CPUC, o conselheiro suplente do ICMBio,
43 Rogério, se voluntariou para a representação do Bosque dos Macacos. A coordenadora-
44 chefe das UCs, Lara Helena, fez um breve resumo de como serão os trabalhos da
45 CPUC. Seguindo com a pauta, antes de passar a palavra ao conselheiro do ICMBio, o
46 presidente esclareceu sobre a próxima pauta que trata-se da relatoria de um processo
47 que estava a cargo da PGM, porém por um entendimento do procurador de conflito de
48 interesses na elaboração de pareceres, a instituição solicitou sua retirada do Conselho.
49 Lara Helena questionou a justificativa apresentada, pois em seu entendimento, quase
50 todas as instituições governamentais têm algum tipo de conflito de interesse, como a
51 SMMA por exemplo, e por que esse conflito só foi observado agora, após tantos anos de
52 participação da PGM no COMAFI. Rubyane esclareceu como se deu o pedido e citou
53 que a PGM encaminhou documentação com suas justificativas no dia anterior e que esta
54 será encaminhada aos conselheiros, só não foi enviada por insuficiência de tempo hábil
55 até a reunião. Penayo ressaltou que a representação da PGM normalmente era
56 realizada por um procurador e que talvez este tenha sido o problema com a atual
57 representação. Passada a palavra ao ICMBio, o conselheiro Rogério agradeceu e iniciou
58 sua apresentação relatando sua oposição ao custo do Plano de Manejo do PNM do
59 Bosque Guarani, em torno de trezentos mil reais (R\$ 300.000,00) sendo que no ICMBio
60 se fazem Planos de áreas muito maiores por cerca de cento e vinte mil reais (R\$
61 120.000,00). Entrando no tema, o conselheiro explicou sobre a definição da zona de
62 amortecimento (ZA), que é uma área em torno de Unidades de Conservação que visa
63 proteger ou amortizar os impactos ambientais nesta última. Neste sentido, em março
64 deste ano, o Instituto Água e Terra (IAT) enviou documentação ao ICMBio sobre o
65 estabelecimento formal de uma ZA para o Parque Nacional do Iguaçu (PNI), caso
66 contrário recursos deixarão de ser repassados. Rogério esclareceu que no Decreto de
67 criação do PNI deveria estar estipulada também a ZA, porém como o Parque foi criado
68 há muitos anos isso não ocorreu. No decorrer dos anos também não se criou a ZA por
69 obstáculos diversos. Assim, para que cerca de cinco milhões de reais (R\$ 5.000.000,00)
70 de ICMS Ecológico não deixem de ser repassados ao PNI e consequentemente aos
71 municípios lindeiros, o ICMBio propõe a criação de uma ZA. Prosseguindo, Rogério
72 exemplificou a situação de outros municípios que têm preservação de mananciais (o que
73 não acontece em Foz do Iguaçu) e que por isso recebem mais recursos. Também
74 explanou sobre diversos problemas socioambientais na região da tríplice fronteira. O
75 interesse do ICMBio é de utilizar as áreas de preservação permanentes (APP) de rios,
76 nascentes e mananciais para criar corredores ecológicos, porém essas áreas sofrem
77 especulação imobiliária muito grande, segundo o conselheiro. Seguiram-se, entre os
78 conselheiros, discussões sobre a área de manancial de Foz do Iguaçu e a importância
79 de sua preservação. Questionado sobre os próximos passos para que a ZA do Parque
80 Nacional do Iguaçu seja estabelecida, Rogério disse que o Parque irá fazer uma
81 proposta considerando a criação de corredores ecológicos, essa proposta passará por
82 Brasília e serão realizadas audiências públicas para então ser publicada uma Portaria.
83 Para tanto, o presidente ressaltou que será necessário o apoio da sociedade civil para o
84 desenvolvimento e aprovação dessa proposta. Lara Helena sugeriu que a proposta da

85 criação da ZA seja discutida dentro dos eixos temáticos da Conferência Municipal do
86 Meio Ambiente. A conselheira propôs também um encaminhamento por parte do
87 COMAFI ao executivo sobre o zoneamento municipal e sobre a zona de amortecimento
88 do Parque. O presidente colocou o Conselho à disposição para apoiar e participar de
89 todo o processo, e disse que fará todos os encaminhamentos e cobranças necessários à
90 gestão municipal. Em relação aos assuntos abordados, Penayo citou que o COMAFI
91 está em vias de elaboração de um documento contendo as pautas ambientais que será
92 encaminhado aos candidatos a prefeito municipal. O ICMBio se dispôs a ajudar, a
93 ouvinte membro da CPUC, Nathalie, disse que o Coletivo Ambiental está elaborando um
94 documento neste sentido e que também poderá auxiliar. Dando prosseguimento na
95 pauta, o presidente explicou que o Memorando Interno trinta e sete mil seiscentos e
96 quarenta e cinco (37645/2024) e o Ofício oito mil quinhentos e um (8501/2024), tratam-
97 se de um pedido da Secretaria da Fazenda (SMFA) para captação de recursos do Fundo
98 Municipal de Meio Ambiente (FMMA) para instrumentalização da fiscalização municipal.
99 O conselheiro Jurandir fez a apresentação da solicitação citando a legislação referente
100 ao tema, como o Artigo oitavo da lei trezentos e quarenta e dois de dois mil e vinte,
101 inciso oitavo, parágrafo terceiro (Art. 8º, VIII, § 3º da Lei Complementar 342/2020): “Os
102 valores provenientes das verbas oriundas das multas arrecadadas ao Fundo Municipal
103 do Meio Ambiente, decorrentes dos Autos de Infrações Ambientais, serão utilizados
104 mediante aprovação do Conselho Municipal do Meio Ambiente, distribuídos da seguinte
105 forma: I - valor equivalente a 30% (trinta por cento) destinado à estruturação e
106 instrumentalização do órgão incumbido da execução da fiscalização ambiental e; II -
107 valor equivalente a 70% (setenta por cento) destinado à estruturação,
108 instrumentalização, manutenção, ações, projetos e programas realizados pela Secretaria
109 Municipal de Meio Ambiente.” O conselheiro citou, inclusive, que o COMAFI pode cobrar
110 da Secretaria de Meio Ambiente quais os projetos e programas que estão sendo
111 realizados com o equivalente aos setenta por cento (70%) dos recursos. Dentre as
112 atribuições dos Agentes Fiscais de Preceitos estão a apuração, análise e aplicação das
113 sanções inerentes aos aspectos ambientais de competência local, além disso, exercem
114 parcerias com os órgãos licenciadores IAT e SMMA nas infrações ambientais do
115 município. Motivada a aumentar a eficiência, agilidade e efetividade das ações
116 desempenhadas pela Fiscalização Ambiental e a garantir a segurança dos agentes, a
117 Divisão de Fiscalização Ambiental, Publicidade e Serviços Funerários (DVFAP) solicita a
118 aquisição de: quatro (04) motocicletas 0km, uma (01) caixa baú, seis (06) pares de
119 perneiras com proteção a animais peçonhentos, seis (06) unidades de bonés quatro em
120 um com proteção UV e seis (06) unidades de coletes de proteção e identificação no total
121 aproximado de cento e vinte um mil reais (R\$ 121.000,00). Em solicitação do COMAFI, a
122 SMMA enviou ofício discriminando os recursos do FMMA relativos às multas ambientais
123 por ano, desde dois mil e vinte e um (2021), sendo que em dois mil e vinte e quatro
124 foram arrecadados aproximadamente duzentos e sessenta mil reais (R\$ 260.000,00) e
125 consta atualmente no FMMA para utilização aproximadamente trezentos e um mil reais
126 (R\$ 301.000,00). As discussões se deram em torno dos trinta por cento (30%) desse
127 total disponível, que seria menos que o necessário para suprir a demanda. Assim, aberta
128 a votação e questionados se estão de acordo com a aprovação do repasse de recursos
129 dentro do limite de trinta por cento (30%), os conselheiros presentes da UNILA, ITAIPU,
130 OAB, SMMA, DVPUC, SMPC, SMFA, ACIFI, ICMBIO E SMDHRC votaram a favor.

131 sendo aprovado o projeto. O documento relativo à decisão será elaborado para
 132 encaminhamentos. Seguindo com a pauta, sobre a Conferência Municipal de Meio
 133 Ambiente (CMMA), o presidente disse que o Conselho já havia discutido sobre a
 134 realização do evento, porém, em treinamento com a Secretaria de Estado do
 135 Desenvolvimento Sustentável (SEDEST) no qual a SMMA participou, foi repassado que
 136 a CMMA deverá ocorrer de acordo com alguns critérios. A conselheira Lara explicou que
 137 para participar da Conferência Estadual e Nacional, o município deve realizar a CMMA
 138 até quinze de dezembro de dois mil e vinte e quatro (15/12/2024) seguindo o disposto
 139 pelo Ministério de Meio Ambiente. A temática da Conferência Nacional (CNMA) e que
 140 deverá ser seguida pela municipal é a emergência climática, dividida em cinco eixos
 141 temáticos: I - Mitigação; II - Adaptação e preparação para desastres; III - Justiça
 142 Climática; IV - Transformação Ecológica; e V - Governança e Educação Ambiental.
 143 Quem convoca é a SMMA, porém o COMAFI também estará na organização. Lara citou
 144 que está sendo formada uma Comissão Organizadora com a SMMA, COMAFI, UNILA,
 145 ICMBIO, ITAIPU, URBIA, Coletivo Ambiental e Fórum Ambiental, por enquanto. O
 146 presidente explanou sobre a importância desse evento e das propostas que serão
 147 encaminhadas na Conferência Nacional, bem como sobre a importância da participação
 148 do Conselho e da sociedade. O ouvinte Fernando se propôs a participar da Comissão
 149 Organizadora pelo NAPI Trinacional. Sem mais nada a constar, o presidente agradeceu
 150 a todos e deu como encerrada a reunião às onze horas e cinquenta minutos e eu,
 151 Rubyane lavrei a presente Ata que segue assinada pelos presentes.

Marcelo Penayo de Melo ADERE	Rubyane Brito Rodrigues de Almeida SMMA	Alessandra Fernandes Alves SMDHRC
Andrea Carla Winkelmann COAAFI	Fernando Sivelli ICMBio	Giovana Secretti Vendrusculo UNILA
Idelson José B. Chaves OAB	João Paulo Steinmacher Lourenço SMPC	Johnys Freitas ACIFI
Jonas Gomes da Silva Neto SMTU	Jurandir do Carmo Oliveira SMFA	Kelly Katlyn de Paula SMFA
Lara Helena Pires Vieira DVPUC	Lucas Roberto Perucci IFPR	Rogério Oliveira Souza ICMBIO
Rubens de Souza André ITAIPU	Sabrina Liza Athayde Silva DVPUC	